



Percepções sobre o ensino remoto-domiciliar durante o isolamento físico: o que as mães têm a nos relatar?¹

Perceptions about remote teaching during physical isolation: what do mothers have to report to us?


Denise Conceição Garcia Araujo^a

 <https://orcid.org/0000-0003-0798-4842>
E-mail: decgarcia@yahoo.com.br


Letícia Natália de Oliveira^a

 <https://orcid.org/0000-0002-2917-5010>
E-mail: nataliaoliveiraleticia@gmail.com

Regina Célia de Souza Beretta^a

 <https://orcid.org/0000-0003-2817-0805>
E-mail: regina.beretta@unifran.edu.br

Cléria Maria Lobo Bittar^b

 <https://orcid.org/0000-0001-8947-6491>
E-mail: profa.cleriabittar@gmail.com

^aUniversidade de Franca. Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde. Franca. SP, Brasil.

^bUniversidade Estadual Paulista. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Franca. SP, Brasil.

Correspondência

Cléria Maria Lobo Bittar
Av. Eufrásia Monteiro Petrágli, 900. São Paulo, SP, Brasil.
CEP 14409-160.

Resumo

A emergência da pandemia ocasionada pela covid-19 impôs modelos de cuidados preventivos, por meio de ações adotadas para evitar o agravamento da disseminação viral. Dentre essas medidas, o isolamento físico proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS) foi o que certamente trouxe maiores repercussões e ressignificações para as diferentes dimensões da vida social. Atividades habituais, como ir à escola passaram, a ser incorporadas ao ambiente domiciliar, reorganizando práticas tradicionais já estabelecidas socialmente. Este estudo qualitativo objetiva descrever as experiências das mães e identificar quais os principais desafios em relação ao acompanhamento das atividades escolares de seus filhos durante as aulas não presenciais. Para esta finalidade, foram realizadas entrevistas por meio telefônico. Os relatos foram divididos em três categorias temáticas a respeito do ensino remoto-domiciliar, na qual a primeira mostra as adaptações para o novo modelo de ensino, a segunda categoria abarca as diferentes experiências e a terceira aborda as dificuldades de acesso aos equipamentos e conexões. Por meio dos relatos, nota-se o quanto se torna complexa a experiência dessa modalidade de ensino quando associada à sobrecarga de afazeres domésticos e profissionais das participantes dentro de seus lares. Esta queixa é mais intensa entre as participantes que exercem profissão remunerada. **Palavras-chave:** Mães; Isolamento Social; Educação a Distância; Pandemia; covid-19.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Abstract

The onset of the pandemic caused by COVID-19 imposed models of preventive care through a series of measures aimed to avoid the virus spread. Among them, the physical isolation proposed by the World Health Organization (WHO) was the one that certainly had the greatest repercussions and resignifications to the different dimensions of social life, forcing the reorganization and incorporation of traditional practices into the domestic environment, such as studying at school. This qualitative study aims to describe the experiences and identify the main challenges faced by mothers in monitoring their children's school activities during non-presential classes. To this end, data were collected by means of telephone interviews and divided into three thematic categories regarding the home-remote teaching: the first category shows the adaptations for distance learning, the second addresses participants' different experiences with this learning modality, and the third reports the difficulties in accessing equipment and internet connections. The reports evince the complexity of this teaching modality when associated with mothers' domestic and professional overload, especially for participants with a paid occupation. **Keywords:** Mothers; Social Isolation; Distance Education; Pandemic; COVID-19.

Introdução

A pandemia provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) ocasionou mudanças na realidade antes impensadas como o fechamento compulsório das escolas desde o mês de março de 2020. Segundo a Unesco (2020), globalmente a vida de milhões de crianças e jovens sofreram os impactos dessa medida, fazendo-se necessária a adaptação emergencial para o modelo de ensino remoto-domiciliar.

Os lares de milhões de estudantes no mundo todo, subitamente, tiveram que se adaptar para realizar o ensino remoto-domiciliar, afetando, assim, o convívio familiar. No mesmo lugar, adultos trabalham e, sobretudo, espera-se das mulheres os cuidados com os familiares, com a alimentação e com a casa. Neste processo, as mães ainda passaram a realizar o trabalho remunerado de maneira remota, o chamado *home office*. Assim, o trabalho doméstico, o trabalho remunerado e o ensino remoto convergiram para a casa, espaço compartilhado, disputado e que deve atender à necessidade de cada um dos membros da família.

A reorganização da dinâmica e das tarefas em uma casa pode ser um tanto quanto trabalhosa para a família, mas também pode ser observada como uma possível oportunidade de estreitamento de laços com os filhos, durante o isolamento físico (UNESCO, 2020).

O acompanhamento educacional das mães para com seus filhos, comumente realizado antes da pandemia do covid-19, pautava-se em subsidiar um reforço pedagógico do conteúdo escolar, previamente trabalhado pelos professores em sala de aula. Contudo, as novas demandas educacionais direcionadas às mães e seus filhos envolvem agora: a assistência, a orientação e a explicação do conteúdo escolar com o auxílio dos professores de forma remota.

Diante desta nova realidade é preciso analisar as consequências decorrentes do encargo do ensino remoto-domiciliar para as mães que além de acumularem tarefas domésticas, agora também estão encarregadas de acompanhar toda a rotina escolar dos filhos, além de, em muitos casos, precisarem conciliar essa nova rotina com o trabalho remunerado.

Tais comportamentos exigidos e esperados das mães foram socialmente construídos sob as bases de uma sociedade patriarcal. Federici (2019) traz à tona o “mito do trabalho feminino”, no qual se idealiza que a mulher seja capaz e eficiente em todos os aspectos, envolvendo as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos. As desigualdades nas relações entre os gêneros condicionam as experiências das mulheres, mas também, segundo Biroli (2018), se articulam de maneira intrínseca com as categorias de classe social e raça, que lhes conferem situações de maiores risco ou vulnerabilidades. Perdas econômicas, maiores taxas de desemprego, maior exposição à violência doméstica entre outros determinantes são resultantes do cruzamento de algumas destas categorias.

Pandemia, mães e educação remota-domiciliar

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promulgada pela lei nº 9.394, sugere em seu artigo 2º a educação como obrigação do Estado e da família, amparada pelos ideais de liberdade e companheirismo mútuo, e tem como objetivo o absoluto e contínuo progresso do educando (Brasil, 1996).

Entretanto, com a interrupção das aulas presenciais diante das medidas de distanciamento físico preconizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) coube aos Governos - Federal e Estadual -, assegurar os preceitos advindos da LDB e prover medidas emergenciais educacionais com a finalidade de reduzir os danos para todos os estudantes afetados diretamente pelo isolamento físico (Brasil, 2020).

O ensino remoto-domiciliar, em vigência desde o primeiro semestre de 2020, trouxe inúmeras desafios para sua execução, o primeiro diz respeito ao acesso aos equipamentos tecnológicos necessários e a conexão à internet. Couto, Couto e Cruz (2020) explicam que comumente as desigualdades socioeconômicas acompanham a exclusão digital, reforçando a condição de vulnerabilidade social de parte da população.

No Brasil, a inclusão digital está distante de se tornar uma realidade. O custo da internet é alto e não é compatível com o poder financeiro da maioria da população, apesar do direito à comunicação

e a liberdade de expressão estarem garantidas na Constituição Federal de 1988. O acesso à internet é de extrema importância para o funcionamento do ensino remoto-domiciliar, pois viabiliza o acesso às informações, proporcionando o conhecimento e o desenvolvimento do senso crítico, expandindo, assim, a possibilidade do exercício da cidadania das crianças e jovens. No entanto recente pesquisa demonstrou que 6% da população brasileira de 9 a 17 anos, aproximadamente 1,6 milhão de crianças e adolescentes, não têm acesso domiciliar à internet, o que sem dúvida alguma aumenta o já extenso hiato de desigualdades que as separam das demais crianças, cujo acesso garantido à internet não lhes prejudica o acesso aos conteúdos escolares (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020).

Neste momento de pandemia, o ensino remoto vem desvelando as diferentes faces das disparidades sociais, entre elas, o *apartheid* digital. A necessidade do uso de novas tecnologias caras e inacessíveis, para grande parcela da população, pode contribuir para perpetuar a exclusão, criando um abismo ainda maior entre os que têm e os que não têm acesso às inovações tecnológicas de comunicação e informação.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018) apontam que a existência de microcomputadores em domicílios na região Sudeste era de 49,7% e o número de domicílios em que havia *tablet* representava apenas 15,4%. Quanto à disponibilidade e utilização da internet nos domicílios, os números ficaram em 84,8% no ano de 2018. Tais dados retratam a dificuldade enfrentada por uma parcela da sociedade em ter acesso a conteúdos digitais, tornando-se um agravante na efetividade das políticas públicas emergenciais de ensino durante o atual contexto de distanciamento físico.

Nestes casos, o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes pode sofrer interferências por não conseguirem acessar o material didático e concluírem as atividades de forma autônoma. Além disso, existe a possibilidade de não poderem desfrutar de um local adequado para o cumprimento das atividades pedagógicas, expondo a vulnerabilidade de muitas famílias durante a pandemia, principalmente pela situação de pobreza (Cano; Figueiredo; Souza, 2016).

Destaca-se, neste momento, o fundamental e laborioso protagonismo das mães, visto que elas foram as maiores responsáveis por realizar e acompanhar o ensino de forma remota com seus filhos. Sendo assim, houve um aumento de suas responsabilidades sociais associadas a uma intensa carga mental que o cenário atual impõe. A divisão desigual dos cuidados domésticos entre os gêneros faz com que a mulher se sinta mais responsável por proporcionar um ambiente seguro e saudável para todos os membros da família. Neste aspecto, Macêdo (2020) expõe que a naturalização da posição subalterna ocupada pelas mulheres em seus lares pode lhes causar grave esgotamento emocional.

Abruptamente, as mães foram direcionadas a uma intensificação em sua jornada de trabalho, incluindo o trabalho remoto e o ensino remoto-domiciliar, com o agravante contemporâneo: o distanciamento físico. Conduzir e administrar essa “múltipla jornada” sentindo a necessidade de ter êxito em todas as tarefas diárias se torna uma árdua e inatingível missão (Salgado, 2019). Todavia, elas ainda enfrentam como parte do contexto: o medo, a insegurança quanto ao desemprego e, conseqüentemente, a instabilidade financeira, interferindo em sua vida pessoal.

Frente ao exposto, este artigo propõe descrever as experiências e os desafios vivenciados pelas mães durante o isolamento físico durante a pandemia da covid-19, destacando as percepções delas sobre o ensino remoto-domiciliar.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e, segundo Minayo (2014, p. 57), possibilita explicitar as relações, as percepções e opiniões e “os produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, sentem e pensam”.

Essa pesquisa trata das diferentes percepções e experiências acerca do ensino remoto-domiciliar, sob uma ótica subjetiva das participantes. A percepção proporciona sentido e organização às sensações de cada ser, assim, simbolizando a singularidade dos indivíduos (Oliveira; Júnior, 2013).

Em uma perspectiva mais contemporânea, os autores Prado Filho e Martins (2007) refletem

que a subjetividade é construída pela relação entre o conhecimento e experiências do sujeito, permitindo que os indivíduos sejam diferentes uns dos outros. Assim, compreender a subjetividade e a percepção de cada indivíduo se faz importante neste trabalho, para que seja possível conhecer novas realidades e vivências.

Para este estudo, adotou-se como critério de inclusão mulheres maiores de 18 anos e residentes em um município do interior do estado de São Paulo cujos filhos, com idades entre cinco a sete anos, encontravam-se devidamente matriculados em uma escola pública municipal. Além disso, não foram incluídos outros adultos que vivessem na mesma casa (avós, pais ou irmãos maiores).

As pesquisadoras convidaram uma escola municipal de ensino, no interior do estado de São Paulo, na qual uma delas atua como docente, e apresentaram a proposta à direção escolar, que selecionou aleatoriamente um grupo de mulheres cujos filhos, com idades entre cinco a sete anos, estavam matriculados. Os nomes e telefones foram disponibilizados pela equipe gestora escolar às pesquisadoras, sem que elas tivessem prévio conhecimento a respeito das identidades das participantes.

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas e realizadas via ligação telefônica, no qual as participantes só respondiam ao questionário após a explicação dos objetivos do estudo e depois de terem consentido. As mães foram questionadas a respeito das mudanças ocasionadas devido ao distanciamento físico, no que se refere a conciliar o trabalho remunerado com os cuidados e as demandas do lar, além de acompanhar e realizar as atividades escolares com seus filhos. As entrevistas foram gravadas com a utilização do aplicativo de *smartphone* *Cube* ACR, mediante conhecimento e autorização das participantes.

As entrevistas foram transcritas e posteriormente tratadas à luz da Análise de Conteúdo. A Análise de Conteúdo constitui-se de um compilado de ferramentas investigativas, comumente utilizadas em pesquisas qualitativas, com o objetivo de examinar e relatar o conteúdo alcançado por meio das falas dos sujeitos. Além disso, essa metodologia permite revelar informações subentendidas

presentes nos relatos, bem como a consecução de pressupostos lógicos e justificados a respeito da origem dessas informações (Bardin, 2016).

Bardin (2016) estabelece três fases para a Análise de Conteúdo: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A pré-análise refere-se à organização e estruturação do material a ser trabalhado. Nesta etapa é possível realizar a leitura flutuante, a escolha dos documentos, a formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores. A segunda fase, chamada de exploração do material apresenta a codificação, a classificação e a categorização do trabalho. A terceira etapa diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação, essa fase caracteriza-se pela intuição e análise crítica e reflexiva do conteúdo (Bardin, 2016).

A partir da leitura e análise dos dados coletados, buscou-se a aproximação de sentidos das falas das participantes, identificando três categorias temáticas em relação ao ensino remoto-domiciliar: a primeira envolve as adaptações para o novo modelo de ensino, a segunda abarca as diferentes experiências das participantes sobre esse período e a terceira trata das dificuldades de acesso aos equipamentos e conexões.

Com o intuito de preservar a identidade das participantes, elas foram citadas nos resultados e discussões por meio da identificação alfanumérica (P1, P2), em que P se refere a participantes, seguido pela sequência numérica de 1 a 15.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer de número: 4.103.389 respeitando-se a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados e Discussão

Os resultados apontam para a criação de três categorias temáticas que representam as percepções das participantes sobre a experiência com o ensino remoto-domiciliar. Estas categorias se dividem em adaptações ao novo modelo de ensino, experiências das mães com este novo modelo e as principais dificuldades com uso de tecnologias.

Perfil das participantes

Participaram do estudo 15 mulheres de 25 a 50 anos de idade, com escolaridade que variava entre ensino fundamental incompleto a ensino superior completo e com variação de um a sete filhos. Todas as participantes eram casadas ou moravam com o companheiro em união estável. Com relação a desempenharem alguma atividade remunerada durante a pandemia, sete participantes declararam que exerciam alguma profissão e oito estavam sem emprego no momento da pesquisa. O perfil das mães participantes deste estudo está detalhado no quadro abaixo.

Quadro 1 – Perfil das mães participantes

	Idade	Escolaridade	Ocupação	Estado civil	Nº de filhos	Idade do filho matriculado na escola pesquisada	N de residentes na mesma casa	Algum idoso residente na mesma casa?	Família ampliada?
P1	41 anos	Ensino médio completo	Atendente de <i>call center</i>	União estável	1 filho	6 anos	4 residentes	Sim	Sim
P2	50 anos	Ensino médio completo	Não exerce atividade remunerada	Casada	7 filhos	6 anos	9 residentes	Não	Não
P3	39 anos	Ensino fundamental completo	Funcionária de um <i>pet shop</i>	Casada	2 filhos	6 anos	4 residentes	Não	Não

continua...

Quadro 1 – Continuação

	Idade	Escolaridade	Ocupação	Estado civil	N° de filhos	Idade do filho matriculado na escola pesquisada	N de residentes na mesma casa	Algum idoso residente na mesma casa?	Família ampliada?
P4	38 anos	Ensino superior completo	Professora de educação básica I	Casada	1 filho	6 anos	3 residentes	Não	Não
P5	32 anos	Ensino médio completo	Vendedora	Casada	1 filho	7 anos	3 residentes	Não	Não
P6	49 anos	Ensino fundamental incompleto	Vendedora	Casada	2 filhos	6 anos	4 residentes	Não	Não
P7	36 anos	Ensino superior completo	Não exerce atividade remunerada	Casada	3 filhos	6 anos	5 residentes	Não	Não
P8	25 anos	Ensino fundamental completo	Não exerce atividade remunerada	União estável	3 filhos	6 anos	5 residentes	Não	Não
P9	39 anos	Ensino médio completo	Vendedora	Casada	2 filhos	5 anos	4 residentes	Não	Não
P10	41 anos	Ensino médio completo	Não exerce atividade remunerada	Casada	3 filhos	7 anos	5 residentes	Não	Não
P11	36 anos	Ensino médio completo	Não exerce atividade remunerada	Casada	3 filhos	6 anos	5 residentes	Não	Não
P12	40 anos	Ensino médio incompleto	Não exerce atividade remunerada	Casada	2 filhos	6 anos	4 residentes	Não	Não
P13	36 anos	Ensino médio completo	Não exerce atividade remunerada	Casada	2 filhos	5 anos	4 residentes	Não	Não
P14	29 anos	Ensino médio completo	Não exerce atividade remunerada	Casada	3 filhos	5 anos	5 residentes	Não	Não
P15	25 anos	Ensino médio completo	Atendente	União estável	1 filho	6 anos	5 residentes	Sim	Sim

Adaptações para o ensino remoto-domiciliar

As adaptações adotadas pela escola para auxiliar os pais ou responsáveis no desenvolvimento do ensino remoto-domiciliar durante o período de isolamento físico permitiu uma seleção de conteúdos que seriam trabalhados ao longo do ano letivo de forma remota. A flexibilização dos conteúdos escolares visou maior aceitação e compreensão das crianças e dos pais, que estariam auxiliando seus filhos nessas atividades. Logo, a obrigatoriedade de iniciar o processo de alfabetização formal com as crianças de cinco a sete anos foi substituída pelo trabalho com outras habilidades básicas, praticáveis e acessíveis aos pais.

Com base nas entrevistas realizadas, percebeu-se que a escola se ateu a fornecer conteúdos pedagógicos e educacionais, não abordando assuntos como a segurança alimentar, a assistência social e o auxílio emergencial, mesmo que algumas famílias necessitem dessas informações de cunho social.

As demandas da escola atribuídas à família, no que tange às atividades educacionais durante o distanciamento físico, consistiam na realização diária das atividades oferecidas pela professora de educação básica I e na execução semanal das atividades proporcionadas pelos professores de educação física e educação musical. A escola disponibilizou diariamente materiais digitais em forma de arquivo PDF e, bimestralmente, materiais impressos em formato de apostilas. Além disso, houve a assessoria e o acompanhamento on-line em tempo real com os professores da educação básica I, professores de música e professores de educação física, por meio de aplicativo *WhatsApp*.

Ao final desse processo diário e semanal, caberia aos pais ou responsáveis enviar aos professores as fotos e ou vídeos das atividades comprovando sua realização. Além disso, esse retorno em forma de material fotográfico e audiovisual foi utilizado como avaliação do aprendizado dos alunos:

Foram feitos grupos no WhatsApp e a gente está tendo um acompanhamento dos professores, de educação física, de sala. (P1)

Acho que na medida do possível a gente está tendo um suporte, essa forma pelo WhatsApp está atendendo bem. (P12)

A escola está dando apoio sim, no grupo (de WhatsApp) vem as orientações. (P4)

É notável que o relacionamento entre a escola e as famílias durante o período pandêmico foi pautado nas recomendações e nas possibilidades de comunicação, parte das entrevistadas apresentaram críticas sobre o modo em que a escola ofereceu a assistência pedagógica.

Enquanto a gente está no WhatsApp, eu sei que nas escolas particulares os alunos estão tendo aulas on-line, como a gente não tem, dessa forma a gente se vira. (P5)

Eusinto que a dificuldade é para todos os lados, tanto para os alunos quanto para os professores. É algo muito novo. Está sendo uma tentativa, não aprende tanto, mas eu vejo o esforço dos dois lados. (P2)

As dificuldades e as diferenças das experiências entre famílias e estudantes de escolas particulares e da rede pública de ensino foram expressas, denotando que ter mais recursos pode determinar tipos de acompanhamento escolar melhores, facilitando o aprendizado.

Experiências de mães sobre o ensino remoto-domiciliar

As demandas educacionais requisitadas pela escola foram executadas majoritariamente pelas mães participantes deste estudo, o que acarretou um aumento de horas trabalhadas e dedicadas diariamente à educação formal de seus filhos. Anteriormente à pandemia, competia aos familiares auxiliar os filhos nas tarefas de reforço pedagógico, também chamadas de dever de casa ou lições para a casa. Atividades essas que demandam de uma hora a uma hora e meia por dia na sua realização, visto que se trata de um reforço do que foi trabalhado em sala de aula pelos professores. No entanto, durante o ensino remoto-domiciliar, as horas dedicadas pelas mães à realização das atividades pedagógicas aumentaram segundo a percepção destas.

O horário da uma hora às quatro horas da tarde, todo dia, nós fazemos as atividades da escola. (P5)

Eu não tenho tempo para lavar um banheiro, para fazer a minha rotina aqui da casa, a roupa está acumulando, meu marido não ajuda. Eu fiquei por conta de ser professora. Nem mãe durante o dia eu sou mais. Tem horas que minha filha mais nova vem falar comigo e eu falo: sai pra lá que estou ajudando seu irmão na lição. (P13)

Nota-se que o aumento de horas dedicadas diariamente às atividades escolares repercute no cotidiano feminino de várias maneiras, dentre elas, a preocupação de não conseguir manter a mesma rotina de antes do período pandêmico (De Oliveira, 2020).

O processo de adaptação e organização da rotina para realizar as tarefas pedagógicas foi de suma importância para que se evitasse o acúmulo das atividades e para que sua realização fosse legítima no que tange ao aprendizado das crianças. Uma das depoentes relata:

“A professora manda a rotina do dia com exercícios, tem o material e as apostilas de português e matemática, então ela passa para a gente a rotina e a gente faz. O que estou fazendo é criar um horário em casa para fazer a lição”. (P5)

Observou-se que não houve um completo entendimento e compreensão de algumas mães quanto às orientações fornecidas pela escola, em relação ao conteúdo programático a ser trabalhado com as crianças. As participantes expressaram suas limitações frente ao ensino remoto-domiciliar e atribuíram tal fato a não ter formação específica em educação infantil e ao nível de escolaridade que possuem.

Eu acho muito difícil porque a gente não estudou para ensinar e eu não sei lidar com a educação infantil, para te falar a verdade, para mim, a dificuldade é essa, eu não entendo muito. (P6)

A gente não sabe, a gente não tem a mesma noção, a gente não estudou. (P3)

Eu parei a escola muito cedo né? Não consigo ajudar muito. (P8)

Neste sentido, Freire, Roazzi e Roazzi (2015, p. 35) refletem que o baixo nível de instrução e alfabetização dos pais pode interferir no desenvolvimento escolar de seus filhos, pois “[...] implica na transmissão de saber para os filhos no momento de colocá-los para estudar e auxiliar nas tarefas propostas pela escola, gerando sentimento de insegurança; por este motivo consideram-se incapazes de transmitir conhecimento”.

A presente escola estabeleceu um padrão na forma de oferecer o acompanhamento pedagógico, entretanto, alguns professores foram além das diretrizes.

“Ela tem aula todos os dias através do WhatsApp, a professora está encaminhando vídeo, áudio, tem interação entre os alunos, atividades que eles fazem e depois a gente posta vídeo ou foto, a professora dela criou um canal no Youtube com histórias e atividades, está sendo muito interessante, ela está gostando demais”. (P9)

O sentimento de satisfação foi mencionado por algumas participantes ao relatarem sobre a oportunidade de participarem ativamente no processo de desenvolvimento pedagógico e cognitivo dos filhos durante o ensino não presencial:

“Eu estou até achando bom essa quarentena, porque estou acompanhando de perto o desenvolvimento dele”. (P1);

“Para mim, na verdade, está sendo mais tranquilo fazer as atividades do que antes”. (P10)

Sobre a oportunidade e o empenho dos pais em se comprometerem com o acompanhamento escolar de seus filhos, Saraiva-Junges e Wagner (2016, p. 115) refletem que “[...] independentemente do contexto cultural, a família tende a participar e se envolver das mais variadas formas com a escola dos seus filhos e demonstram preocupação com o sucesso dos mesmos na escola”. De fato, pode-se observar que o papel especificamente das mães é evidenciado neste momento, fazendo com que este período também seja de crescimento e aproximação delas com seus filhos.

Dessa forma, nota-se que as especificidades de cada núcleo familiar influenciam nessa avaliação e percepção quanto ao sentimento de satisfação. Algumas narrativas, no entanto, demonstraram um descontentamento quanto à experiência do ensino não presencial. Observou-se que a insatisfação advém, sobretudo, das participantes que exercem uma profissão remunerada. A principal justificativa foi a sobrecarga de trabalho profissional associada aos afazeres domésticos.

Como afirmou uma mãe, funcionária de um *pet shop* sobre a extensa carga horária em sua rotina:

“Eu só tenho a noite e o final de semana para fazer, está tudo atrasado, eu trabalho o dia todo e o pai dela também”. (P3)

P4, que é professora de educação básica e está trabalhando de forma remota durante a pandemia, relata que sua insatisfação em realizar o ensino domiciliar com sua filha é devido a sua sobrecarga de trabalho profissional e doméstico:

“Como profissional, eu acho muito difícil, é muito pior, nós somos cobrados o tempo todo”. (P4)

A multiplicidade de tarefas e responsabilidades no decorrer do distanciamento físico estende-se para o seu lar. A participante expõe que o fato de estar trabalhando em casa de forma remota a coloca numa posição de autocobrança para realizar todas as tarefas domésticas:

“Ao mesmo tempo que estou com minha turma como professora, eu estou dando aula para a minha filha, estou fazendo a comida e lavando o quintal, já que estou em casa, tenho que fazer tudo”. (P4)

Nesse contexto, as participantes perceberam que auxiliar as crianças nas atividades escolares foi mais uma, entre as diversas demandas atribuídas socialmente às mulheres ao longo da quarentena. Ogido e Schor (2012) observam a ausência de políticas sociais voltadas para as mães que precisam trabalhar e ainda cuidar de seus filhos, refletindo em uma maior sobrecarga de trabalho para elas.

Biroli (2018, p. 14) explica que, “umas das faces cruéis da responsabilização desigual é a atribuição às mães não apenas de tarefas cotidianas, mas da responsabilidade por ‘educar’ e ‘proteger’ seus filhos em ambientes sociais”. A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece a importância e o papel social das mulheres durante a quarentena da covid-19 e propõe como recomendação, “promover medidas de políticas que permitam reconhecer, reduzir e redistribuir a sobrecarga de trabalho não-remunerado que ocorre nas residências” (ONU, 2020, p. 3). Dentro do mesmo ambiente, elas são mães, profissionais e, também, educadoras domiciliares.

Algumas participantes que não exerciam trabalho remunerado no período da quarentena também reclamaram sobre a sobrecarga de trabalho doméstico e ensino remoto-domiciliar.

“A gente fica sobrecarregada com lição, tem o serviço de casa, que é um serviço que todo dia você tem que estar ali pensando no que vai fazer para o almoço, na janta, filho, e filho é da mãe”. (P11)

“Eu estava bem sobrecarregada, então, eu cheguei pro meu marido e disse: por favor, a gente tem que se organizar, eu não dou conta, você precisa me ajudar”. (P13)

“Eu que faço tudo aqui em casa”. (P13)

P14, que também não exerce uma profissão remunerada e tem três filhos em idade escolar, conclui:

“Sou a funcionária do mês, sou mãe, professora e empregada doméstica”. (P14)

A afirmação da entrevistada revela o estresse diante da injusta divisão sexual do trabalho em sua casa, de acordo com o que Hirata e Kergoat (2007) afirmam, é desproporcional a divisão dos afazeres domésticos entre os sexos. Segundo os estudos de Biroli (2018), a percepção que as mulheres têm sobre si mesmas, quanto à sua função na sociedade, está diretamente relacionada às relações de gênero e a divisão sexual do trabalho.

Essas afirmações corroboram os dados da Agência IBGE Notícias (2020), divulgados através da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que demonstram que, em 2018, as mulheres dedicaram em média 21,3 horas do seu tempo semanal aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas, enquanto os homens dedicaram apenas 10,9 horas semanalmente. Esses números aumentaram significativamente durante a pandemia, em que o convívio familiar e as atribuições se intensificaram.

Dificuldade de acesso aos equipamentos e conexões para o ensino remoto-domiciliar

Para que o ensino remoto-domiciliar pudesse ocorrer, as famílias deveriam dispor dos meios tecnológicos necessários, tais como: celular, *tablet* ou computadores com acesso à internet. Contudo, a falta desses recursos e a pouca habilidade no uso foram fatores limitantes.

P₂ tem sete filhos em idade escolar e relata a dificuldade enfrentada referente ao uso compartilhado dos aparelhos telefônicos. A família possui um número limitado de celulares com acesso à internet, fazendo com que os filhos tenham que se revezar para realizar as atividades educacionais proporcionadas pela escola. A participante assim descreve:

“É um transtorno! Minha internet não dava certo, computador ultrapassado, meu marido trabalha e o celular dele não pode emprestar, a [filha] de treze anos não tinha celular, o [filho] de doze anos divide com a de seis anos, então gerou muita ansiedade”. (P₂)

O pleno acesso aos meios digitais atualmente tornou-se tão essencial quanto os demais produtos e recursos básicos de uma casa. De acordo com a pesquisa realizada em 2019 pelo Centro Regional para o Desenvolvimento de Estudos sobre a Sociedade da Informação (CETIC), ligado ao Comitê Gestor da Internet, o Brasil conta atualmente com 134 milhões de usuários de internet. O estudo aponta desigualdades latentes quando se faz um recorte em relação a gênero, raça e região e salienta que a solução está atrelada a concretas ações governamentais na área (Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021).

P₁₅ traz em seu discurso uma incerteza se essa modalidade de ensino está sendo, de fato, eficaz,

uma vez que ela associa sua condição financeira ao desempenho escolar de sua filha:

“Não sei falar se gosto ou não, o problema é se isso está valendo a pena, as crianças estão aprendendo? Eu acho que não. Eu sou pobre e minha filha vai ficar para trás”. (P₁₅)

Santos (2018) argumenta que as pessoas são amplamente afetadas pelas condições sociais em que vivem. De fato, a condição social que a família da participante ocupa reflete os impactos causados pelas desigualdades socioeconômicas arraigadas no país e agravadas no período pandêmico.

As experiências vivenciadas por estas mães sobre o ensino remoto-domiciliar durante o distanciamento físico são complexas e suas percepções e avaliações atravessam questões de desigualdade de gênero e as disparidades socioeconômicas. Os papéis que a elas couberam na condução das atividades escolares de seus filhos, durante a pandemia, demonstraram que o fenômeno da divisão sexual do trabalho continua a ser realidade e as expõem a mais uma tarefa exercida sem a devida capacitação e remuneração, o que, em última análise, é outra face do sobretrabalho que as explora, sobretudo, as mulheres de classe social mais baixa. Isso posto, pensa-se no impacto que essa situação tem exercido sobre suas vidas, rotina e saúde.

Considerações finais

Todo o setor educacional se reinventou e atualmente conta com diversas iniciativas por meio de plataformas digitais, das mais simples às mais complexas, com o objetivo de auxiliar o processo de aprendizagem dos estudantes. Dessa forma, fica evidente que parte dos professores buscou diferentes alternativas, além das estratégias asseguradas pela escola, com o intuito de garantir uma educação de qualidade para todos.

Apesar das adequações propostas pela escola terem sido pensadas para viabilizar o ensino remoto-domiciliar, algumas situações como a falta de recursos tecnológicos (incluindo computadores, *tablets* e conexão) e o despreparo das mães em lidar com o conteúdo das matérias foram fatores impeditivos do desenvolvimento a contento das

propostas educativas. Destaca-se a continuidade da lógica da divisão sexual do trabalho, com o agravamento da sobrecarga para as mulheres, as quais assumiram completamente a condução do processo educativo de seus filhos, muitas sem contar com o apoio de seus companheiros.

Apesar da insatisfação com essa realidade e com a percepção do excesso de trabalho, que ocasiona muita fadiga e ansiedade, algumas participantes também perceberam que a convivência diurna com seus familiares e a sua ativa participação no processo de resolver as tarefas escolares têm sido uma oportunidade de aproximação dos filhos e de conhecer melhor seu processo de aprendizagem.

Entende-se necessário, ainda, o recorte racial para a compreensão desse fenômeno, sabendo-se que a questão racial determina vivências diferentes para as mulheres, ainda que estejam em análise mulheres do mesmo substrato socioeconômico.

Novos estudos são necessários a fim de identificar as diversas formas com as quais as mulheres têm lidado com os desafios provenientes da pandemia, sobretudo, às consequências desse “novo normal”, a sobrecarga de trabalho e o impacto para a saúde, incluindo a saúde mental. É certo que há diferenças no impacto para as mulheres negras, aspecto não abordado aqui, apesar de considerarmos que por terem filhos matriculados em escolas públicas, as mães participam de extratos sociais semelhantes.

Referências

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. Editoria: Estatísticas Sociais, 2020.

Agência IBGE Notícias, [S.l.], 4 jun. 2020.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 23 set. 2021.

BARDIN, L. *Análise do Conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Parecer do Conselho Pleno, do Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº 5/2020, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF: 1 de jun. 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF: 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 jul. 2020.

CANO, M. A. T.; FIGUEIREDO, G. L. A.; SOUZA, V. J. Grupos Vulneráveis: crianças e adolescentes. In: FIGUEIREDO, G. L. A.; MARTINS, C. H. G. (Org.). *Políticas Tecnologias e Práticas em Promoção da Saúde*. São Paulo: Hucitec, 2016. p. 152-167.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (Ed.). *Pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no brasil 2019*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-da-internet-por-criancas-e-adolescentes-no-brasil-tic-kids-online-brasil-2019/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br (Ed.). *Pesquisa web sobre o uso da internet no brasil durante a pandemia do novo coronavírus*: Painel TIC COVID-19. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em https://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20210426095323/painel_tic_covid19_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

- COUTO, E. S.; COUTO, E. S.; CRUZ, I. M. P. #fique em casa: educação na pandemia da COVID-19. *Interfaces Científicas-Educação*, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 200-217, 2020. DOI: 10.17564/2316-3828.2020v8n3p200-217
- DE OLIVEIRA, A. L. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da covid-19. *Revista Tamoios*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 154-166, 2020. DOI: 10.12957/tamoios.2020.50448
- FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução*: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- FREIRE, H. B; ROAZZI, A; ROAZZI, M. M. O nível de escolaridade dos pais interfere na permanência dos filhos na escola? Does parental education level interferes with the permanence of children in school? *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 35-40, 2015. DOI: 10.17979/reipe.2015.2.1.721
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007. DOI: 10.1590/S0100-15742007000300005
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua - PNAD Contínua. Acesso à internet e a televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Acesso_Internet_Televisao_e_Posse_Telefone_Movel_2018/Analise_dos_resultados_TIC_2018.pdf. Acesso em: 23 ago. 2021.
- MACÊDO, S. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. *Revista do NUFEN*, Belém, v. 12, n. 2, p. 187-204, 2020. DOI: 10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº02rex.33
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- OGIDO, R; SCHOR, N. A jovem mãe e o mercado de trabalho. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 1044-1055, 2012. DOI: 10.1590/S0104-12902012000400021
- OLIVEIRA, A. O.; JÚNIOR, C. A. M. Estudo teórico sobre percepção na filosofia e nas neurociências. *Revista Neuropsicologia Latinoamericana*, Calle, v. 5, n. 2, p. 41-53, 2013. DOI: 10.5579/rnl.2012.0083
- ONU Mulheres Brasil. *Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe*: dimensões de gênero na resposta. Brasília: ONU Mulheres Brasil, 2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf. Acesso em: 3 set. 2020.
- PRADO FILHO, K.; MARTINS, S. A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). *Psicologia & Sociedade*, [S.l.], v. 19, n. 3, p. 14-19, 2007. DOI: 10.1590/S0102-71822007000300003
- SALGADO, D. G. Qualidade de vida de mulheres com tripla jornada: mães, estudantes e profissionais. *Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas*, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 308-320, 2019. Disponível em: <http://200.229.32.43/index.php/pretextos/article/view/18657>. Acesso em: 3 set. 2020.
- SANTOS, J. A. F. Classe social, território e desigualdade de saúde no Brasil. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 556-572, 2018. DOI: 10.1590/S0104-12902018170889
- SARAIVA-JUNGES, L. A.; WAGNER, A. Os estudos sobre a relação família-escola no Brasil: uma revisão sistemática. *Educação*, Porto Alegre, v. 39, n. Esp, p. s114-s124, 2016. DOI: 10.15448/1981-2582.2016.s.21333
- UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Educação: da interrupção à recuperação. *UNESCO*, [S.l.], 4 maio. 2021. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em: 9 jul. 2021.

Contribuições dos autores

Araujo e Beretta são responsáveis pela realização desta pesquisa e análise dos dados. Araujo é autor principal deste artigo. Bittar é responsável por sua concepção. Oliveira e Bittar são responsáveis pela realização e revisão deste estudo.

Recebido: 20/07/2021

Reapresentado: 22/02/2021; 20/07/2021

Aprovado: 20/09/2021